

Aumentam adesões ao PTB de políticos fiéis ao Governo

BRASÍLIA — Apesar de o Líder do PTB na Câmara, Deputado Gastone Righi, garantir que o partido não apoiará o Governo, cresce o número de parlamentares fiéis à orientação do Presidente José Sarney que estão aderindo à legenda. Nos últimos 30 dias, entraram no PTB três Deputados e um Senador eleitos pelo PMDB do Mato Grosso e que pertenciam ao Centro Democrático (facção moderada do PMDB da qual faz parte o Ministro da Saúde, Borges da Silveira) e mais os Deputados Carrel Benevides (AM) e Benedito Monteiro (PA), também oriundos do PMDB.

Além destes, ainda estão negociando o ingresso no PTB o Senador Gerson Camata (PMDB-ES), o Deputado Jorge Leite (PMDB-RJ) e o Senador Carlos de Carli (PMDB-AM), todos fiéis ao Governo. Outros recém-filiados são os ex-Governadores Gonzaga Motta, do Ceará, e Roberto Magalhães, de Pernambuco.

Apesar do perfil governista de todos, o Líder Gastone Righi diz que não há possibilidade de o PTB formar no bloco de sustentação do Presidente. Para ele, isso só seria possível se o Governo assumisse de vez que é um Governo de transição.

— Apoiar que Governo? Que programa de Governo? Não podemos apoiar este Governo se ele mantiver esta postura de permanente, e não de transição. Além disso, não podemos admitir determinadas medidas, como as alterações que vêm sendo anunciadas na política salarial. Por isso, e por várias outras coisas, acho muito difícil um apoio nosso ao Governo — afirmou o Deputado.

O Governador do Paraná, Álvaro Dias (PMDB), elogiou a estratégia do Palácio do Planalto de fortalecer o PTB, lembrando que deu bons resultados em seu Estado.

— Havia necessidade de acomodar aqueles companheiros que não tinham mais espaço político no PMDB — explicou.

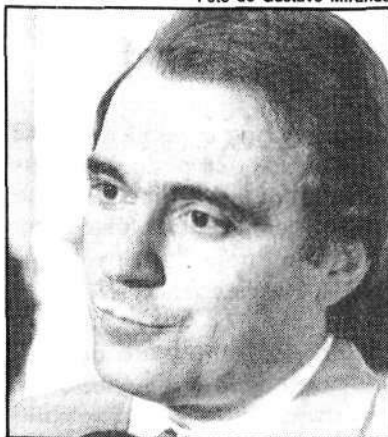
Hoje, no Paraná, o PTB tem quatro Deputados estaduais e um Senador, Affonso Camargo, que saiu do PMDB alegando que o partido não queria romper como Governo. Ontem, no Congresso, Camargo torcia para o PTB não firmar nenhum acordo com o Governo, sob pena de ficar em situação desconfortável no novo partido.

Foto de Luiz Antônio



Gastone Righi se opõe a acordo

Foto de Gustavo Miranda



Alvaro Dias: No Paraná, deu certo

Maciel acha acordo desnecessário

BRASÍLIA — O Senador Marco Maciel disse ontem que qualquer proposta de realinhamento do PFL com o Governo passará, necessariamente, pela criação de um programa mínimo para a transição e pelo aval das bases pefelistas. Maciel, que espera um convite do Presidente José Sarney para discutir o assunto, afirmou, contudo, que não abrirá mão de suas posições pessoais e nem levará para o encontro qualquer compromisso de participar de uma recomposição com o Governo.

Ontem, durante almoço em sua residência, do qual participaram o Ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e vários parlamentares do partido, Maciel foi alertado sobre as dificuldades de um realinhamento com o Governo, e sobre a conveniência de se manter apenas o apoio eventual a determinadas questões. Aureliano Chaves chamou atenção para a necessidade de o PFL manter o diálogo aberto com o Governo.

— Qualquer decisão somente deverá ser tomada após consulta aos setores que apoiam e se opõem ao Governo — disse o Ministro.

O Senador Jorge Bornhausen disse não acreditar sequer que Sarney confirme a conversa com Maciel. Pois, na sua opinião, o Presidente não tem uma proposta concreta para oferecer aos Presidentes de partidos. Depois de ouvirem um relato de Maciel, afirmando ter recebido, por duas vezes sinais do Planalto para um encontro com o Presidente, os

pefelistas decidiram, durante o almoço, que qualquer proposta do Governo deve ser amplamente discutida no partido.

— Tenho o compromisso de levar ao PFL a proposta do Presidente. A priori, não vejo necessidade de se reeditar a Aliança Democrática. Acho até possível, mas não considero necessário — disse Maciel.

Pelos cálculos da cúpula pefelista, um terço do partido situa-se na ala contrária ao Planalto. Segundo o Senador Agripino Maia, o grupo dissidente deverá manter-se na legenda até a definição do calendário eleitoral. Pois, segundo ele, nenhum Deputado correrá o risco de disputar as eleições municipais por uma nova legenda.

●ACORDO — Os Senadores Carlos Chiarelli, atual Líder do PFL no Senado, e Marcondes Gadelha, aspirante ao posto com apoio ostensivo do Governo, selaram acordo para impedir o agravamento da crise no partido: Chiarelli permanece Líder até a Convenção nacional do partido, no dia 14 de maio, e a partir daí Gadelha assume, como candidato único.

A liderança de Chiarelli começou a ser contestada por sete Senadores devido a sua postura francamente oposicionista ao Governo e por ser o relator da CPI da corrupção. Como não há eleição marcada, Gadelha iniciou uma coleta de assinaturas, conseguindo sete votos a seu favor, seis contra e duas abstenções. O que levou ao impasse, pois nenhum dos dois obteve a maioria de oito votos. O acordo foi patrocinado por Suruagy, que temia uma divisão definitiva do partido a partir do Senado.

Bancada poderá opinar sobre aliança

BRASÍLIA — A ala do PMDB que defende o alinhamento do partido com o Governo, mediante uma nova aliança, deseja que esta decisão seja tomada pela maioria da bancada — que aprovou o presidencialismo e o mandato de cinco anos — sem a convocação da Convenção ou do Diretório Nacional para formalizá-la.

Esta é, por exemplo, a posição do Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que vem fazendo consultas aos membros do grupo moderado sobre o assunto.

Sant'Anna admite que o PMDB, com suas divisões internas, dificulta o projeto do Governo que visa a concretização de uma nova base de apoio. Mas acha que uma simples consulta à bancada, poderá respaldar este apoio, já que o Partido não assumiu nenhuma posição formal de ruptura com o Governo desde que foi celebrada a Aliança Democrática, ao contrário do que ocorreu com o PFL.

— Até agora, tecnicamente, o PMDB está apoiando o Governo — disse Sant'Anna.

O Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) não vê também necessidade de convocação de Convenção ou do Diretório. Crê que a decisão poderá ser tomada pela bancada e acredita na vitória da tese do apoio ao Governo. Acha, porém, que a Executiva do PMDB deva definir o procedimento necessário às consultas.

— Não há problemas. A única dificuldade é um grupo minoritário, mas muito ativo, ao qual pertence o Líder na Constituinte — disse Cardoso Alves.

Já o Líder na Constituinte, Senador Mário Covas, acha que uma decisão deste tipo — à qual se opõe — não pode ser tomada pela bancada. Na sua opinião, a questão deve ser examinada nas instâncias partidárias adequadas, a começar pela Executiva.